

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA E FINANCIAMENTO NA BAHIA: UM PANORAMA INTEGRADO DE TECNOLOGIA, GESTÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

SPORTS INTELLIGENCE AND FINANCING IN BAHIA: AN INTEGRATED OVERVIEW OF TECHNOLOGY, MANAGEMENT AND INTELLECTUAL PROPERTY

INTELIGENCIA Y FINANCIAMIENTO DEL DEPORTE EN BAHÍA: UNA VISIÓN INTEGRADA DE TECNOLOGÍA, GESTIÓN Y PROPIEDAD INTELECTUAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-058>

Data de submissão: 04/06/2025

Data de publicação: 04/07/2025

Karolina Ribeiro Paes Oliveira Benevides Miranda

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0086965589050467>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5901-7472>

Luciano Benevides Miranda

Especialista em Atividade Física e Saúde. Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5798531109640536>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4926-1423>

Romilson Lopes Sampaio

Doutor em Educação. Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8317032873239112>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6372-053X>

Eduardo Oliveira Teles

Doutor em Engenharia Industrial. Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3496731162407522>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8442-2444>

RESUMO

O estudo destaca o esporte como uma dimensão estratégica que impulsiona o desenvolvimento social, econômico e cultural, com a tecnologia e a inteligência esportiva desempenhando um papel central em sua modernização. Paralelamente, ressalta a importância do financiamento e da valorização da propriedade intelectual para a sustentabilidade de projetos de longo prazo no setor. O objetivo principal da pesquisa é integrar a prospecção tecnológica e o financiamento esportivo na Bahia, analisando os desafios e possibilidades para o fortalecimento da inteligência esportiva regional. A metodologia adotada é qualitativa, exploratória e descritiva, e envolve a análise crítica das políticas públicas de financiamento e da utilização estratégica de ativos intangíveis. O artigo aponta a necessidade de uma gestão esportiva mais estruturada e baseada em dados na Bahia, contrastando com a ausência de patentes e o foco limitado do financiamento em P&D e PI. A pesquisa exemplifica a importância de iniciativas como o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE), para sistematizar informações e melhores práticas. Conclui-se que, sem uma mudança de paradigma que inclua o investimento estratégico em pesquisa e desenvolvimento e a proteção da propriedade intelectual, a

Bahia poderá perder oportunidades de desenvolvimento e de posicionamento no cenário esportivo nacional e internacional.

Palavras-chave: Inteligência Esportiva. Tecnologia no Esporte. Financiamento Esportivo.

ABSTRACT

The study highlights sport as a strategic dimension that drives social, economic and cultural development, with technology and sports intelligence playing a central role in its modernization. At the same time, it highlights the importance of financing and valorizing intellectual property for the sustainability of long-term projects in the sector. The main objective of the research is to integrate technological prospecting and sports financing in Bahia, analyzing the challenges and possibilities for the strengthening of regional sports intelligence. The methodology adopted is qualitative, exploratory and descriptive, and involves the critical analysis of public financing policies and the strategic use of intangible assets. The article points to the need for a more structured and data-based sports management in Bahia, contrasting with the absence of patents and the limited focus of financing in R&D and IP. The research exemplifies the importance of initiatives such as the Sports Intelligence Research Institute (GEEM/IPIE), to systematize information and best practices. It is concluded that, without a paradigm shift that includes strategic investment in research and development and intellectual property protection, Bahia may lose opportunities for development and positioning in the national and international sports arena.

Keywords: Sports Intelligence. Technology in Sports. Sports Financing.

RESUMEN

El estudio destaca el deporte como una dimensión estratégica que impulsa el desarrollo social, económico y cultural, donde la tecnología y la inteligencia deportiva desempeñan un papel central en su modernización. Al mismo tiempo, enfatiza la importancia de la financiación y la valorización de la propiedad intelectual para la sostenibilidad de proyectos a largo plazo en el sector. El objetivo principal de la investigación es integrar la exploración tecnológica y la financiación del deporte en Bahía, analizando los desafíos y las posibilidades para fortalecer la inteligencia deportiva regional. La metodología adoptada es cualitativa, exploratoria y descriptiva, e implicó un análisis crítico de las políticas públicas de financiación y el uso estratégico de activos intangibles. El artículo destaca la necesidad de una gestión deportiva más estructurada y basada en datos en Bahía, en contraste con la falta de patentes y el limitado enfoque de la financiación en I+D y propiedad intelectual. La investigación ejemplifica la importancia de iniciativas como el Instituto de Investigación de Inteligencia Deportiva (GEEM/IPIE) para sistematizar la información y las mejores prácticas. Se concluye que, sin un cambio de paradigma que incluya la inversión estratégica en investigación y desarrollo y la protección de la propiedad intelectual, Bahía podría perder oportunidades de desarrollo y posicionamiento en el panorama deportivo nacional e internacional..

Palabras clave: Inteligencia Deportiva. Tecnología en el Deporte. Financiamiento Deportivo.

1 INTRODUÇÃO

O esporte tem se consolidado como uma dimensão estratégica multifacetada, impulsionando o desenvolvimento social, econômico e cultural por meio da incorporação de avanços tecnológicos e instrumentos de gestão inovadores. Nesse panorama, a tecnologia e a inteligência esportiva emergem como elementos centrais na modernização das práticas esportivas. Paralelamente, a compreensão aprofundada dos mecanismos de financiamento e da valorização da propriedade intelectual (PI) revela-se indispensável para assegurar a sustentabilidade de projetos de longo prazo e potencializar o impacto transformador do esporte na sociedade.

Este estudo tem como objetivo principal integrar as perspectivas da prospecção tecnológica e do financiamento esportivo no estado da Bahia. Ao analisar as possibilidades e os desafios inerentes ao fortalecimento da inteligência esportiva regional, a pesquisa propõe-se a oferecer um panorama coeso. Este panorama unirá o levantamento detalhado de patentes tecnológicas aplicadas ao esporte à análise crítica das políticas públicas de financiamento e da utilização estratégica de ativos intangíveis, fundamentais para o desenvolvimento do setor.

A metodologia empregada adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, essencial para a profundidade da análise. Que envolveu um rigoroso levantamento documental e a análise de dados secundários sobre o financiamento esportivo na Bahia, extraídos de diversas fontes oficiais, e interpretados à luz das teorias da gestão esportiva e da economia da propriedade intelectual.

Nesse contexto, o estudo se aprofunda na análise do cenário de financiamento e gestão esportiva, com foco específico na realidade brasileira e baiana. Serão investigadas as diversas fontes de recursos disponíveis, seus mecanismos de distribuição e a aplicação das políticas públicas voltadas ao setor esportivo. Adicionalmente, busca-se articular essas informações aos princípios da gestão esportiva contemporânea, estabelecendo conexões inovadoras com a temática da Propriedade Intelectual (PI), um elemento cada vez mais relevante na economia do esporte e na busca por vantagem competitiva.

Ao integrar as análises de financiamento e gestão, os resultados e a discussão abordarão esses pontos de forma combinada. O objetivo é oferecer uma visão abrangente que não só descreva o cenário atual, mas também forneça proposições concretas para o fortalecimento da inteligência esportiva no estado da Bahia. Essa abordagem visa otimizar o uso de recursos e aprimorar as práticas de gestão, impulsionando o desenvolvimento do esporte na região.

Em síntese, este trabalho visa contribuir significativamente para o avanço do conhecimento sobre a interseção entre tecnologia, inteligência esportiva, financiamento e propriedade intelectual no

contexto baiano. Por meio da articulação desses domínios, o estudo busca oferecer ferramentas e subsídios para gestores e formuladores de políticas públicas, promovendo um desenvolvimento mais estratégico e inovador do ecossistema esportivo na região.

2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, buscando compreender o panorama da inteligência esportiva e do financiamento no estado da Bahia, com foco na integração de tecnologia, gestão e propriedade intelectual. A pesquisa baseou-se em levantamento documental e análise de dados secundários sobre o financiamento esportivo na Bahia. As informações foram cuidadosamente extraídas de fontes oficiais e reconhecidas, incluindo, mas não se limitando a, o Sistema SIGA Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional, dados referentes à Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE), e o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC). A sistematização e interpretação das informações coletadas foram realizadas à luz dos princípios e conceitos da teoria da gestão esportiva e da economia da propriedade intelectual. Essa lente teórica permitiu uma análise aprofundada das dinâmicas financeiras e tecnológicas no esporte baiano, bem como suas implicações para a criação e proteção de valor intangível.

3 RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos e discutimos os resultados das análises sobre o financiamento e a gestão esportiva na Bahia, integrando-os para fornecer uma visão abrangente do cenário atual. Nosso objetivo é que esses achados subsidiem proposições eficazes para o fortalecimento da inteligência esportiva no estado.

4 DISCUSSÃO

Este estudo propõe-se a realizar uma análise abrangente do panorama do financiamento e da gestão esportiva no estado da Bahia. O objetivo central é investigar as diversas fontes de recursos disponíveis, os seus mecanismos de distribuição e a aplicação das políticas públicas voltadas ao setor esportivo, sempre com ênfase na realidade baiana. Adicionalmente, o estudo busca articular essas informações aos princípios da gestão esportiva contemporânea e, de forma inovadora, estabelecer conexões com a temática da Propriedade Intelectual (PI) — elemento cada vez mais relevante na economia do esporte.

A análise tem início com o exame dos repasses diretos realizados pelo Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), para projetos voltados ao

esporte de alto rendimento entre os anos de 2008 e 2020. Serão avaliadas a previsão e a execução desses repasses, a natureza dos convênios firmados e os beneficiários localizados na Bahia, com o intuito de aferir a aderência desses investimentos aos níveis de atendimento definidos pelo Sistema Nacional do Esporte (BRASIL, 2015). Paralelamente, busca-se identificar ativos de propriedade intelectual eventualmente gerados ou valorizados por meio desses projetos, tais como metodologias exclusivas de treinamento, marcas de equipes ou eventos, e inovações em equipamentos esportivos suscetíveis de proteção legal por meio de patentes.

Em continuidade, será analisada a captação de recursos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Utilizando dados oriundos do sistema de transparência da LIE, serão avaliados os volumes captados por projetos na Bahia, os anos de aprovação, a localização dos proponentes e as manifestações esportivas contempladas. A investigação considerará também a correlação entre os projetos financiados e as categorias de Formação, Excelência e Esporte para Toda a Vida. De forma complementar, serão exploradas as implicações desses investimentos no fomento à criação e proteção de ativos de PI, como a identidade visual de eventos esportivos, a produção de conteúdos didáticos, manuais técnicos, aplicativos de gestão ou sistemas inovadores desenvolvidos no âmbito desses projetos. Outra fonte expressiva de financiamento examinada será a oriunda das Loterias Federais, com foco nos recursos destinados às Entidades de Administração do Desporto (COB, CBDE, CBDU e CPB) no período entre 2002 e 2022. Serão analisados os valores alocados à Bahia e sua relação com os objetivos do Sistema Nacional do Esporte.

Especificamente, será verificado se houve investimentos em pesquisa e desenvolvimento com potencial de gerar inovações passíveis de proteção por PI, ou ainda a criação e gestão de marcas e eventos esportivos cuja proteção legal represente um diferencial competitivo. O financiamento destinado aos Clubes Formadores, via convênios firmados com o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) entre 2014 e 2023, também será objeto de análise.

A gestão esportiva na Bahia será contextualizada por meio da ferramenta GEEM (Gestão do Esporte nos Estados e Municípios Brasileiros), desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE). Esta base de dados constitui importante referencial para compreender as políticas públicas implementadas em nível local e estadual, bem como seu alinhamento com a estrutura do Sistema Nacional do Esporte, que organiza o atendimento em três níveis: Formação, Excelência e Esporte para Toda a Vida.

Neste escopo, será avaliada também a forma como os gestores incorporam práticas de proteção e valorização de ativos de propriedade intelectual no planejamento esportivo. Tal abordagem é essencial, considerando que a sustentabilidade financeira de projetos esportivos pode ser

significativamente ampliada por meio da exploração comercial de direitos autorais, marcas, patentes e direitos de imagem.

Ao agregar dados empíricos de diferentes fontes com a estrutura conceitual do Sistema Nacional do Esporte e do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE), este estudo busca oferecer uma visão integrada e crítica sobre o financiamento e a gestão esportiva na Bahia. Pretende-se, assim, identificar padrões de concentração de recursos, avaliar a conformidade com diretrizes nacionais e apontar os principais desafios para a distribuição equitativa e eficiente dos investimentos.

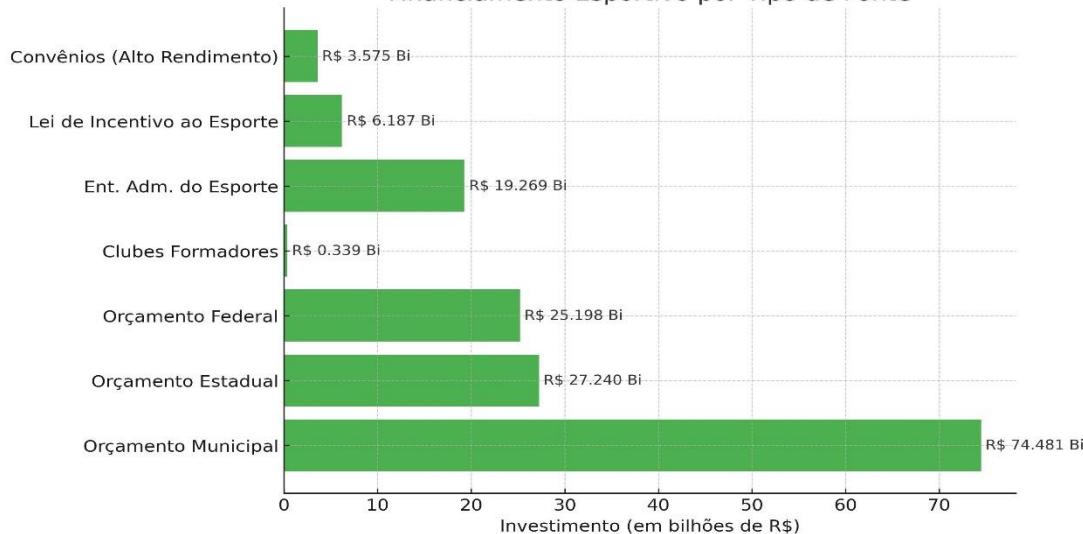
Adicionalmente, o estudo propõe um olhar inovador sobre o papel da propriedade intelectual como vetor estratégico para a valorização e sustentabilidade dos investimentos esportivos. Reconhecer, proteger e gerir adequadamente os ativos intangíveis gerados no setor pode representar um diferencial para ampliar o impacto social, econômico e cultural do esporte na Bahia e no Brasil. Em continuidade, será analisada a captação de recursos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Outra fonte expressiva de financiamento examinada será a oriunda das Loterias Federais, com foco nos O financiamento destinado aos Clubes Formadores, via convênios firmados com o Comitê Brasileiro.

Por fim, a análise abarcará os orçamentos públicos federal, estadual e municipal destinados à função “Desporto e Lazer” e suas subfunções, com um olhar específico para os investimentos realizados pelo governo do estado da Bahia e seus municípios. Os dados, coletados do portal SIGA Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional, permitirão avaliar a proporcionalidade do investimento esportivo no orçamento total do estado e de seus municípios, bem como identificar a origem dos recursos federais destinados ao setor na Bahia e sua distribuição entre os diferentes níveis de atendimento do esporte.

Compreendendo o financiamento como um pilar fundamental para a efetiva implementação e sustentabilidade de políticas públicas esportivas, segue a análise dos dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE).

Figura 1 - Apoio Financeiro ao Esporte Baiano: Uma Análise do GEEM e Seus Impactos

Financiamento Esportivo por Tipo de Fonte

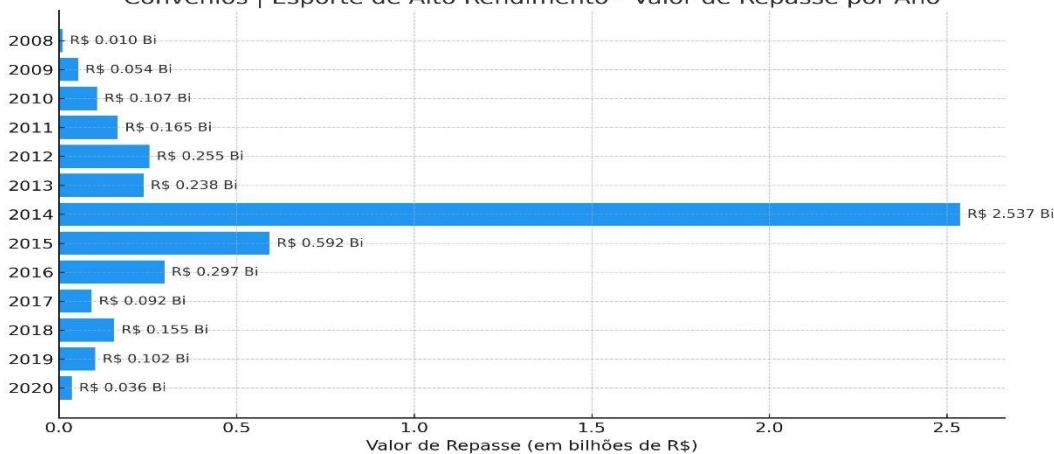


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados no Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

O painel apresentado fornece uma visão detalhada dos recursos financeiros destinados pelo Ministério do Esporte ao fomento do esporte de alto rendimento no Brasil entre os anos de 2008 e 2020. No período analisado, o valor total investido foi de R\$ 3,575 bilhões. Observa-se que a distribuição dos repasses por ano não foi uniforme. Houve um aumento expressivo nos anos de 2013 (R\$ 1,427 bilhões) e 2014 (R\$ 1,125 bilhões), o que coincide com a preparação do país para eventos de grande magnitude, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esse padrão de investimento revela uma tendência de alocação de recursos concentrada em períodos pré-eventos, enquanto, nos anos subsequentes, especialmente após 2016, os repasses diminuíram drasticamente, chegando a valores residuais em 2019 e praticamente inexistentes em 2020.

Figura 2 - Convênios/ Esporte de Alto Rendimento - Valor de Repasse por ano

Convênios | Esporte de Alto Rendimento - Valor de Repasse por Ano

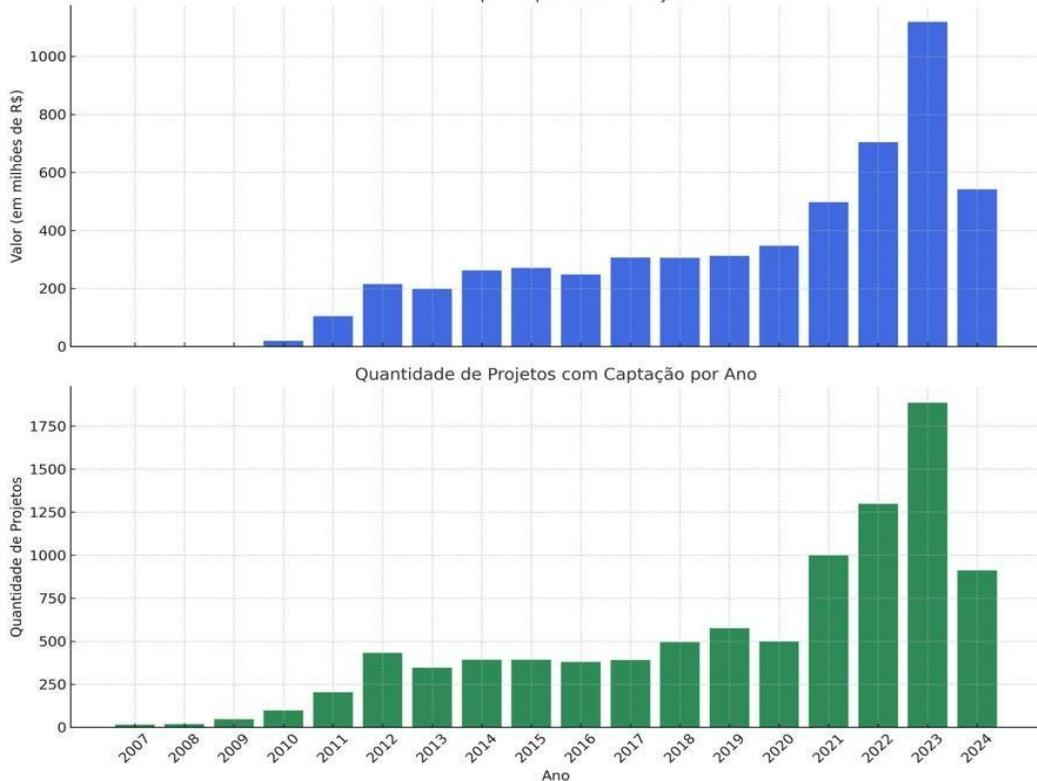


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados no Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

Quanto às instituições beneficiadas, destaca-se o Governo Federal, responsável por 45,19% dos recursos recebidos, seguido de Associações (14,39%) e Confederações (12,75%). Prefeituras, universidades e governos estaduais aparecem com percentuais inferiores. Este dado sugere uma centralização das verbas em entidades com maior porte e influência nacional, o que pode indicar uma priorização de projetos de grande escala em detrimento de iniciativas regionais ou locais. No que diz respeito ao tipo de objeto financiado, nota-se uma predominância significativa de investimentos em Infraestrutura (79,43%). Em contrapartida, áreas como Preparação de Atletas, Eventos e Estudos receberam frações muito menores dos recursos. Esta concentração evidencia que, durante o período, a prioridade foi a construção e a melhoria de instalações esportivas, muitas vezes em função da necessidade de atender às exigências de eventos internacionais. No entanto, tal direcionamento pode ter limitado o investimento em programas de desenvolvimento esportivo contínuo, como a formação de atletas e a promoção de competições nacionais.

Finalmente, em relação ao tipo de instrumento utilizado para os repasses, os Convênios se destacam, representando 48,24% do total, seguidos pelos Termos de Fomento (26,28%) e pelos Contratos de Repasse (16,27%). A predominância dos convênios sugere uma maior ênfase em parcerias formais e de longo prazo entre o governo e as instituições. A análise dos dados aponta para uma política de financiamento fortemente impactada pelos calendários de grandes eventos esportivos, com predomínio de investimentos em infraestrutura física e uma distribuição de recursos concentrada em instituições de maior escala, em detrimento do desenvolvimento esportivo de base.

Figura 3- Análise dos Dados da Lei de Incentivo ao Esporte (2007-2024)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados no Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) estabeleceu um mecanismo crucial para o financiamento do esporte brasileiro, permitindo que contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) direcionem uma parcela do imposto de renda devido a projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte, funcionando como um motor de captação de recursos via renúncia fiscal. Entre 2007 e 2024, essa ferramenta viabilizou a captação de aproximadamente R\$ 6,187 bilhões, distribuídos em 10.382 projetos. A análise da evolução desses valores revela um crescimento constante ao longo dos anos, com picos notáveis em 2023 (mais de R\$ 1,1 bilhão) e 2024 (cerca de R\$ 569 milhões até o momento), indicando uma crescente maturidade e adesão tanto de doadores quanto de proponentes.

O número de projetos também demonstra uma expansão significativa, com os maiores volumes registrados em 2022 (1.299 projetos) e 2023 (1.282 projetos), evidenciando o interesse das instituições e o reconhecimento da sociedade na importância do investimento esportivo. No que se refere à destinação dos recursos por tipo de manifestação, a maior parte foi direcionada para projetos de Rendimento (41,8%) e educacional (36,91%), sinalizando uma atenção tanto à formação de atletas quanto ao suporte ao alto nível competitivo. O Esporte de Participação (19,53%) também recebeu uma parcela relevante dos investimentos. Quanto à aplicação dos recursos, a maior parte (46,46%) foi destinada diretamente a Atividades Esportivas, seguida por Atividades Educacionais (24,12%) e Eventos (23,91%), reforçando o foco operacional dos projetos financiados.

Os dados demonstram a consolidação da Lei de Incentivo ao Esporte como uma política pública eficaz no fomento do setor, impulsionando um aumento considerável nos investimentos, com ênfase em projetos de formação, prática e competição. A tendência de crescimento contínuo no volume financeiro e no número de projetos sugere um futuro promissor para o financiamento do esporte no Brasil através deste mecanismo. Em 2024, a Lei de Incentivo ao Esporte demonstra um cenário vibrante na captação de recursos por meio da renúncia fiscal. Até o presente momento, foram captados cerca de R\$ 569,7 milhões, um montante significativo que se aproxima dos recordes históricos. Um total de 911 projetos obtiveram financiamento, sublinhando a crescente adesão ao mecanismo.

A análise do perfil dos projetos revela:

Valor captado: R\$ 569,7 milhões

Quantidade de projetos: 911 projetos aprovados Distribuição dos Recursos:

Por Manifestação: Educacional: 48,87%; Participação: 26,24%; Rendimento: 21,92% Por Destinação: Atividade Esportiva: 79,27%; Eventos: 20,72%; Obras.

A distribuição dos recursos da Lei de Incentivo ao Esporte em 2024, por tipo de manifestação esportiva, revela o seguinte panorama: os projetos da categoria Educacional receberam a maior parcela dos investimentos, indicando a prioridade dada à formação e à educação através do esporte. Em seguida, a Participação esportiva demonstra a importância das iniciativas que visam a inclusão de um público mais amplo na prática esportiva. Por fim, o Rendimento esportivo mantém um foco significativo no apoio ao desenvolvimento do esporte de alto desempenho.

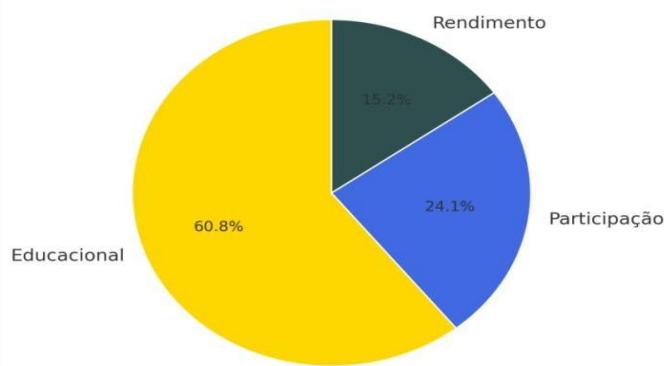
De acordo com analise realizada na plataforma do IPIE, a Lei de Incentivo ao Esporte na Bahia demonstrou crescimento, captando cerca de R\$ 97 milhões em 133 projetos entre 2008 e 2024. Em 2024, foram R\$ 11,3 milhões para 13 projetos, abaixo do pico de R\$ 32,8 milhões de 2023. A maioria dos recursos foi para "Participação" (46,15%), "Educação" (31,66%) e "Rendimento" (22,19%). A destinação principal dos recursos foi para eventos (56,71%), atividades regulares (30,33%) e recreativas (10,66%), mostrando o foco no esporte de base, acesso democrático e desenvolvimento social/educacional.

Percebe-se que o ano de 2023 se destacou na Bahia como o período de maior captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, alcançando aproximadamente R\$ 32,8 milhões. O expressivo aumento na captação de recursos via Lei de Incentivo ao Esporte na Bahia em 2023 pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo uma maior mobilização e melhor preparo dos agentes esportivos locais na elaboração e aprovação de projetos, um crescente interesse de empresas patrocinadoras em nível local e nacional em destinar recursos através do incentivo fiscal, a possível influência da realização de grandes eventos esportivos no estado ou o fortalecimento de políticas

públicas estaduais de incentivo ao esporte, e uma maior divulgação e conhecimento da lei, facilitando o acesso dos proponentes às informações necessárias para a captação de recursos.

Em 2023 a Bahia vivenciou um marco notável no cenário esportivo alcançando o maior volume de captação de recursos via Lei de Incentivo ao Esporte esse crescimento pode ser compreendido através da sinergia entre eventos esportivos de destaque e políticas públicas eficazes implementadas no estado eventos como o Brasil Ride Bahia 2023 em Porto Seguro um evento internacional de mountain bike impulsionou o turismo esportivo a Maratona Salvador 2023 consolidou se como um dos principais eventos de corrida de rua incentivando a prática esportiva e a economia local e a Copa Bahia de Futebol de Base em Itajuípe promoveu jovens talentos do futebol paralelamente políticas públicas como o Programa FazAtleta que ampliou sua verba para o esporte amador olímpico e paralímpico a Lei Municipal de Esportes e Lazer de Salvador que destinou recursos significativos para o desenvolvimento do setor e o Programa Viva Esporte que oferece incentivos fiscais para empresas apoiadoras de projetos esportivos demonstram o comprometimento da Bahia em fomentar o esporte em suas diversas esferas promovendo inclusão social saúde e desenvolvimento econômico por meio de atividades esportivas.

Figura 4 - Análise dos Projetos da Lei de Incentivo ao Esporte na Bahia

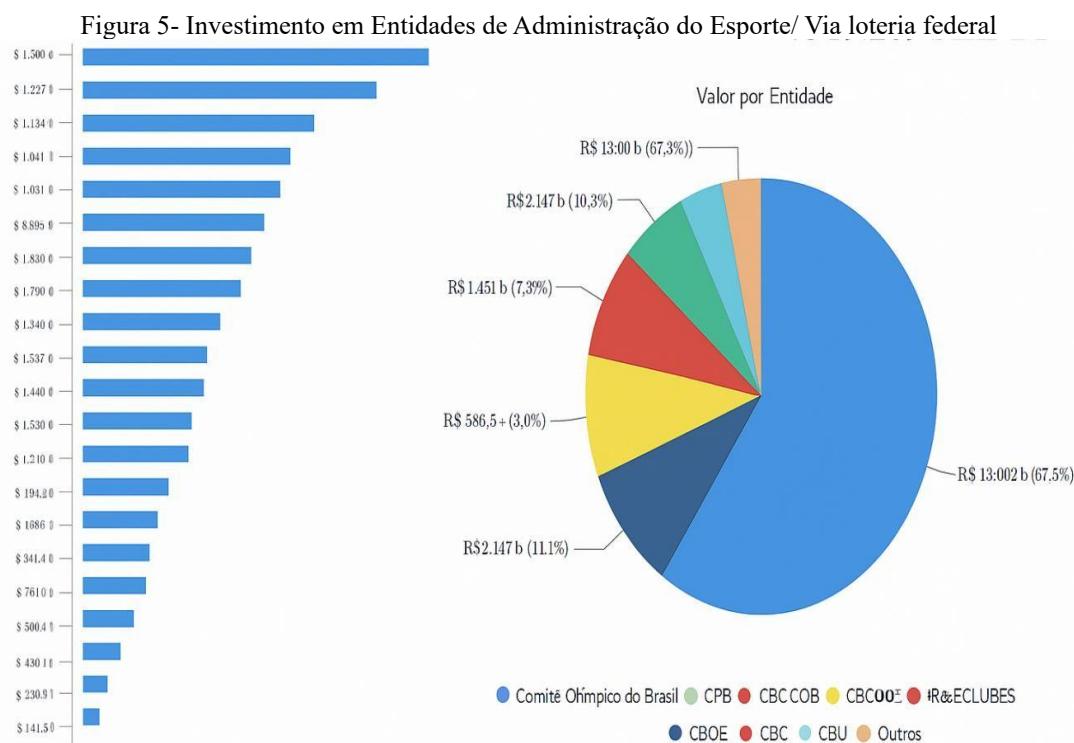


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados no Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

De acordo com o gráfico detalhado de projetos na Bahia, observa-se que 94 projetos foram contemplados com captação de recursos. A análise do tipo de manifestação revela uma predominância de projetos educacionais, representando 56,38% do total. O montante total doado alcançou R\$ 70 milhões (R\$ 0,070 bilhão). Ao analisar a captação anual, 2024 se destaca com o maior valor, aproximadamente R\$ 30,95 milhões, seguido por 2023 com R\$ 21,57 milhões e 2022 com R\$ 15,98 milhões. Em contraste, 2021 registrou a menor captação no período analisado, com cerca de R\$ 1,08 milhão. Dessa forma, conclui-se que na Bahia a maioria dos projetos incentivados possui foco

educacional e que houve um notável crescimento no volume de recursos captados entre 2021 e 2024.

A captação de recursos para projetos esportivos na Bahia se destaca pela forte participação de grandes empresas, com predominância dos setores de mineração, petróleo e financeiro. A empresa Vale S.A. foi a principal doadora no período analisado, seguida por doadores não identificados e pela Shell Brasil Petróleo Ltda. A diversidade dos setores dos doadores revela a amplitude e o alcance da política de incentivo fiscal para o esporte embora a concentração de valores em poucos doadores destaque a necessidade de ampliar a base de empresas participantes.



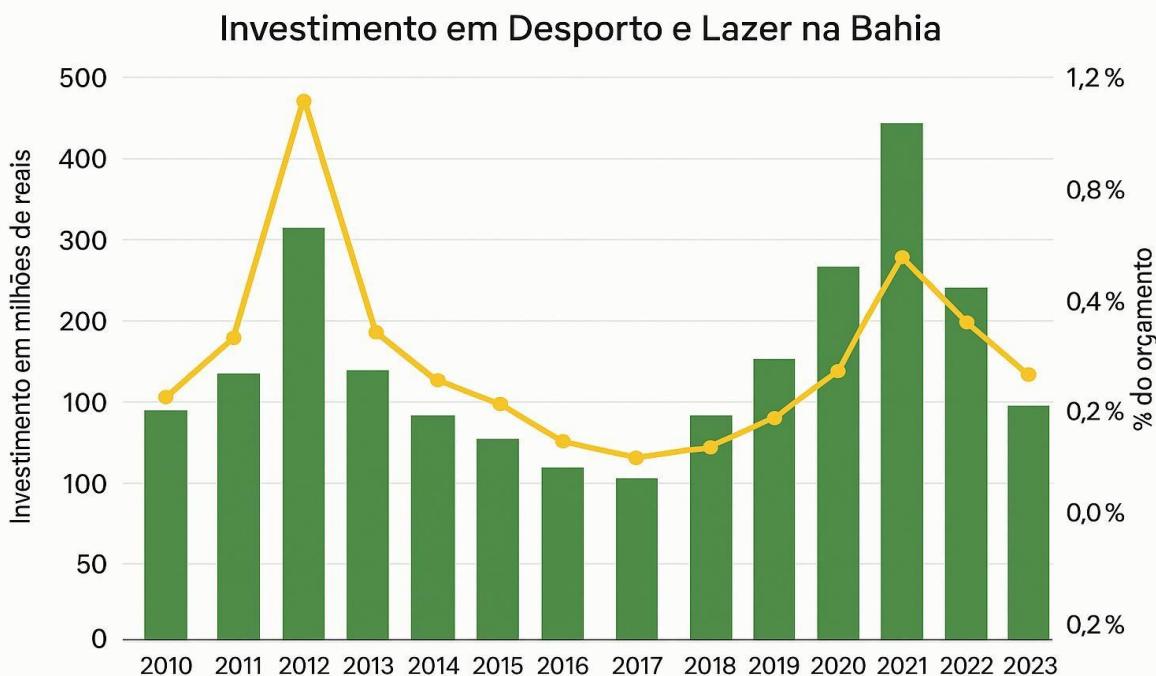
Fonte: Gestão do Esportes nos Estados e Municípios, do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

O painel apresenta uma visão geral do investimento no esporte através da arrecadação da Loteria Federal entre 2000 e 2023, totalizando R\$ 19,269 bilhões, com um notável crescimento anual ao longo do tempo, culminando no ano recorde de 2024 (até o momento) com R\$ 1,847 bilhões e valores consistentemente acima de R\$ 1 bilhão desde 2020, impulsionado por um aumento gradual a partir de 2010; a distribuição desses recursos revela uma concentração significativa no Ministério do Esporte (R\$ 9,05 bilhões ou 46,97%) e no Comitê Olímpico do Brasil (R\$ 4,55 bilhões ou 23,59%), que juntos absorvem cerca de 70% do total, seguidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (R\$ 1,89 bilhões ou 9,79%) e pelas Secretarias Estaduais de Esporte (R\$ 1,26 bilhões ou 6,55%), enquanto outras entidades como CBC, CBDE, CBDU e Clubes de Futebol recebem parcelas menores, evidenciando o crescente investimento no esporte nacional via loteria e seu impacto direto no

financiamento de projetos e no suporte a confederações e clubes.

Especificamente para o estado da Bahia (BA), o investimento total nesse período alcançou a marca de R\$ 3,509 bilhões. O gráfico central apresenta a trajetória do investimento em Desporto e Lazer ao longo dos anos analisados. Através de barras verdes, é possível visualizar o montante financeiro destinado à área em cada ano, com os valores expressos em milhões de reais. Paralelamente, uma linha amarela sobreposta ilustra a participação percentual desse investimento específico em relação ao orçamento total do estado da Bahia. A análise visual revela picos notáveis de investimento em 2012, com R\$ 246 milhões, e em 2021, alcançando R\$ 455 milhões. O ano de 2012 se destaca também por registrar a maior proporção desse investimento no orçamento estadual, correspondendo a 1,0113%. Contudo, o painel indica uma tendência de declínio no investimento após 2021, tanto em termos absolutos quanto em sua relevância percentual dentro do orçamento.

Figura 6 - Orçamento dos governos estaduais brasileiros dedicado à função de Desporto e Lazer entre 2002 e 2023



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados no Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

Analizar as tendências e levantar hipóteses para as oscilações no investimento em Desporto e Lazer na Bahia entre 2002 e 2023 pode nos trazer insights valiosos. Vamos detalhar alguns pontos e possíveis explicações:

- Observa-se uma tendência geral de crescimento no investimento em valores absolutos desde o início do período até meados da década de 2010, com o pico de 2012 sendo um ponto alto.

- Pico em 2012: O ano de 2012 se destaca com o maior investimento absoluto e a maior representatividade percentual no orçamento.
- Flutuações na Década de 2010: Após 2012, o investimento parece apresentar mais volatilidade, com anos de crescimento seguidos por quedas, embora mantendo-se em patamares superiores ao início do período.
- Há um novo aumento significativo em 2021, tanto em valores absolutos quanto percentuais, embora a representatividade percentual não alcance o nível de 2012 .
- Após 2021, o dashboard aponta para uma clara tendência de queda, tanto no montante investido quanto na sua proporção no orçamento estadual.

Hipóteses para as Oscilações:

- O pico de investimento em 2012 pode estar relacionado à preparação para grandes eventos esportivos sediados no Brasil, como a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, que podem ter impulsionado investimentos em infra-estrutura esportiva e lazer. Da mesma forma, o pico de 2021 poderia estar ligado a algum evento ou política específica implementada naquele ano.
- Alterações nas prioridades governamentais, na legislação relacionada ao esporte e lazer, ou na disponibilidade de recursos estaduais podem ter impactado diretamente os níveis de investimento. A criação ou extinção de secretarias ou órgãos específicos para o esporte pode ser um fator relevante.
- A utilização e o impacto da Lei de Incentivo ao Esporte (seja estadual ou federal) podem influenciar a dinâmica dos investimentos ao longo do tempo.
- A disponibilidade de recursos federais para projetos esportivos e de lazer, através de programas específicos ou convênios, pode influenciar os investimentos estaduais. Variações na política federal podem impactar essas transferências.
- A importância dada ao esporte e lazer pode variar entre diferentes governos estaduais, refletindo-se nas alocações orçamentárias. Anos de eleição também podem apresentar padrões específicos de investimento.

Após análise detalhada percebeu-se que o orçamento dos municípios baianos na função Desporto e Lazer entre 2002 e 2023, totalizou R\$ 2,499 bilhões em despesas empenhadas, com Salvador (R\$ 167 milhões) e Feira de Santana (R\$ 160 milhões) liderando os investimentos municipais, embora algumas cidades menores como Ribeirão do Largo (R\$ 62 milhões) apresentem

valores significativos que merecem análise. A distribuição por subfunção revela que a maior parte dos recursos foi destinada ao Lazer (56,28% ou R\$ 1,36 bi), seguido pelo Comunitário (23,75% ou ~ R\$ 0,58 bi), enquanto o rendimento (10,23% ou ~ R\$ 0,25 bi) recebeu uma parcela menor, indicando uma priorização de atividades recreativas e comunitárias em detrimento do esporte de alto rendimento, com uma concentração de recursos em grandes centros urbanos como Salvador e Feira de Santana, que juntos representam quase 13% do total, e a necessidade de explorar os investimentos expressivos em municípios menores para entender seu impacto e execução.

Investimento via Loteria Federal em Clubes Formadores (2014 a 2023)

Os dados sobre a distribuição de recursos da Lei de Incentivo ao Esporte revelam uma alta concentração de investimentos em determinados eixos. Primeiramente, a análise regional aponta para uma predominância significativa das regiões Sudeste e Sul, que absorveram a maior parte dos valores investidos. Em contraste, regiões como o Nordeste, Centro-Oeste e Norte receberam quantias consideravelmente inferiores, exemplificado pelo Nordeste com apenas R\$ 25,34 milhões. Essa disparidade regional sugere uma concentração dos recursos em áreas já mais desenvolvidas do país.

Em segundo lugar, a distribuição por Clube Formador também demonstra uma concentração nos clubes de maior porte e tradição. O ranking dos cinco clubes mais beneficiados é liderado por nomes como o Clube de Regatas do Flamengo (R\$ 23,42 milhões), Minas Tênis Clube (R\$ 21,80 milhões) e Grêmio Náutico União (R\$ 19,55 milhões), todos eles instituições esportivas bem estabelecidas.

Em suma, as observações gerais reforçam essa tendência de concentração: poucos editais, clubes tradicionais e as regiões Sudeste e Sul detêm a maior parcela dos investimentos. Regiões menos desenvolvidas como o Norte e Nordeste, assim como clubes menores, acessam uma fatia bem menor desses recursos. Interessantemente, os editais de porte médio (3, 4, 5 e 6) apresentaram um nível de investimento relativamente constante entre si. Essa distribuição desigual levanta questões importantes sobre a democratização do acesso aos recursos da Lei de Incentivo ao Esporte. A concentração em regiões mais ricas e clubes já estabelecidos pode perpetuar desigualdades no desenvolvimento esportivo nacional, dificultando o crescimento de talentos e a estruturação de modalidades em outras regiões e em clubes menores. A relativa constância nos editais médios pode indicar um padrão de investimento para projetos de um determinado escopo, mas não altera o quadro geral de concentração nos extremos.

Análise Geral - Estado da Bahia (BA) Contexto Geográfico e Demográfico:

- Área Territorial: 564.760 km² (dados de 2022) População: 14,136 milhões (Censo 2022)
- Densidade Demográfica: 59,42 hab/km²

- IDH (2010): 0,660 → Índice considerado médio

Rendimento Mensal Domiciliar per Capita (2020): R\$ 965,00 → valor relativamente baixo em comparação nacional. Matrículas no Ensino Fundamental (2018): 2 milhões de alunos.



Fonte: Gestão do Esportes nos Estados e Municípios, do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

A análise do financiamento esportivo na Bahia entre 2002 e 2023 revela um cenário com contrastes significativos. No que tange ao investimento público direto, a soma do orçamento municipal destinado à função “Esporte” alcançou R\$ 2,20 bilhões, enquanto o orçamento estadual para a mesma finalidade totalizou R\$ 3,21 bilhões. Contudo, a representatividade desses valores nos respectivos orçamentos médios é considerada baixa, com apenas 0,571% do orçamento municipal e 0,405% do estadual direcionados ao esporte. Esse percentual reduzido sugere que o setor esportivo não figura como prioridade nas alocações orçamentárias dos entes públicos na Bahia.

No âmbito da captação de recursos externos, a Bahia obteve R\$ 68,39 milhões através da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2007 a 2023, e R\$ 13,40 milhões foram repassados a clubes via Loterias Federais entre 2014 e 2023. Embora a captação de recursos demonstre alguma mobilização, o montante arrecadado via Lei de Incentivo é considerado aquém do potencial do estado, dada sua dimensão territorial e populacional. Em relação ao apoio direto aos atletas, o Programa Bolsa Atleta contemplou 1.843 bolsas entre 2010 e 2023, beneficiando 737 atletas distintos. No que se refere à gestão esportiva municipal, o cadastro de 308 municípios baianos no GEEM (Gestão do Esporte nos

Estados municípios Brasileiros) indica uma boa cobertura territorial, representando uma parcela significativa dos 417 municípios do estado.

No que concerne aos resultados esportivos, a participação da Bahia nos Jogos Escolares Brasileiros entre 2005 e 2019 rendeu um total de 175 atletas medalhistas, com a conquista de 93 medalhas de bronze, 53 de prata e 33 de ouro. Embora o volume total de medalhas seja expressivo, a predominância de medalhas de bronze sugere um potencial esportivo ainda em fase de desenvolvimento e com margem para maior desempenho em níveis mais elevados.

A Bahia, apesar de sua vasta extensão territorial e população, demonstra um investimento público em esporte relativamente baixo, representando menos de 1% dos orçamentos municipais e estaduais. Apesar desse cenário, o estado apresenta um desempenho promissor na formação de atletas, evidenciado pelo número razoável de bolsas concedidas e medalhas conquistadas em competições escolares. Os principais desafios para o desenvolvimento do esporte na Bahia residem na necessidade de aumentar significativamente o investimento público, ampliar a capacidade de captação de recursos através de leis de incentivo e trabalhar para aprimorar o rendimento esportivo dos atletas baianos em competições de nível nacional.

Compreende -se que para elevar a prioridade do esporte no orçamento público busca-se destinar um por cento tanto do orçamento municipal quanto do estadual para a área portanto para atingir esse objetivo deve-se criar de projetos esportivos alinhados às metas de desenvolvimento social como saúde e educação fortalecendo a justificativa para alocação de maiores recursos Adicionalmente será crucial exercer pressão para incluir o esporte como item prioritário no Plano Plurianual e nas Leis Orçamentárias Anuais.

Dando continuidade à análise do financiamento esportivo na Bahia, o foco agora se volta para o Programa Bolsa Atleta, cujos dados foram compilados e refinados pelo IE a partir de fontes como o Diário Oficial da União, informações da Secretaria Especial do Esporte e pesquisas online de atletas. O banco de dados resultante, apresentado em formato de BI, oferece um panorama abrangente dos atletas contemplados desde 2005, segmentados por tipo de modalidade (olímpica, paralímpica e não-olímpica), tipo de bolsa e modalidade específica, juntamente com os valores de investimento previstos. Uma seção dedicada realiza um comparativo por Ciclos Olímpicos (2013-2016, 2017-2020 e 2021-2024), detalhando informações adicionais dos atletas beneficiados, como sexo e local de nascimento.

Figura 8 - Programa Bolsa Atleta (2005 a 2025)



Fonte: Gestão do Esportes nos Estados e Municípios, do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE).

O gráfico ilustra a quantidade de bolsas concedidas anualmente pelo Programa Bolsa Atleta, discriminadas em Modalidades Olímpicas/Paralímpicas (barras azuis), Modalidades Não Olímpicas/Paralímpicas (barras verdes) e Atleta Pódio (barras amarelas). Os dados acumulados revelam um total de 105.697 bolsas distribuídas para 37.655 atletas, com um investimento de R\$ 1,88 bilhão. A análise temporal aponta para um crescimento constante no número de bolsas entre 2005 e 2016, com um pico notável entre 2014 e 2016, período que coincide com a preparação para os Jogos Olímpicos do Rio 2016, indicando um aumento no apoio ao esporte de alto rendimento.

Após 2016, observa-se uma redução gradual na concessão de bolsas, especialmente em 2017 e 2018, possivelmente influenciada por crises econômicas, mudanças nas prioridades governamentais e o término de projetos específicos para os Jogos Olímpicos. Em 2020, ocorre uma nova queda acentuada, provavelmente devido ao impacto da pandemia da COVID-19. No entanto, a partir de 2021, o programa demonstra uma forte recuperação, com 2023 registrando o maior número de bolsas concedidas desde 2016, sinalizando um novo fortalecimento com foco no ciclo Paris 2024. Os dados de 2024 e 2025 apresentam uma particularidade, mostrando apenas bolsas para atletas Pódio (barras amarelas), com uma nota indicando que as informações para esses anos ainda estão em atualização e tendem a aumentar.

Estrategicamente, o gráfico evidencia a essencialidade do Programa Bolsa Atleta para o desenvolvimento esportivo nacional e sua forte correlação com os ciclos olímpicos. Momentos de instabilidade econômica ou sanitária impactam negativamente a concessão de bolsas. Nos últimos

anos, nota-se um crescimento na distribuição de bolsas para modalidades não-olímpicas e atletas Pódio, o que indica uma diversificação positiva do apoio. Para estados como a Bahia, a reflexão estratégica sugere a importância de facilitar o acesso de seus atletas ao programa, potencialmente através de maior divulgação e da criação de programas estaduais complementares. Além disso, torna-se relevante o trabalho de preparação de atletas para alcançarem o nível “Atleta Pódio”, que oferece maior suporte financeiro e estabilidade.

Figura 9 - Programa Bolsa Atleta – Dados por Tipo de Bolsa



Fonte: Gestão do Esportes nos Estados e Municípios, do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

O gráfico de barras à esquerda detalha o percentual por tipo de bolsa concedida pelo Programa Bolsa Atleta, revelando que a maior parcela é destinada à categoria Nacional (62,9%), indicando o foco do programa em apoiar atletas em nível nacional como base para o desenvolvimento de talentos de elite. As demais categorias representam percentuais menores: Internacional (20,3%), Estudantil (5,6%), Olímpica/Paralímpica/Surdolímpica (4,6%), Atleta de Base (4,6%) e Pódio (2,2%). Essa distribuição sugere que, embora a maior parte dos recursos se concentre na formação, as bolsas Pódio, apesar da menor representatividade, são cruciais para a sustentação dos atletas de ponta do país.

O gráfico horizontal à direita apresenta a distribuição anual da quantidade de bolsas, evidenciando uma tendência de crescimento até 2016, com um pico no ano olímpico do Rio de Janeiro. Houve uma redução significativa em 2017 e 2018, seguida por uma recuperação a partir de 2020, com o número de bolsas em 2023 quase alcançando o máximo histórico, sinalizando um renovado esforço de investimento. Os dados parciais de 2024 e 2025 mostram um foco inicial em atletas de base,

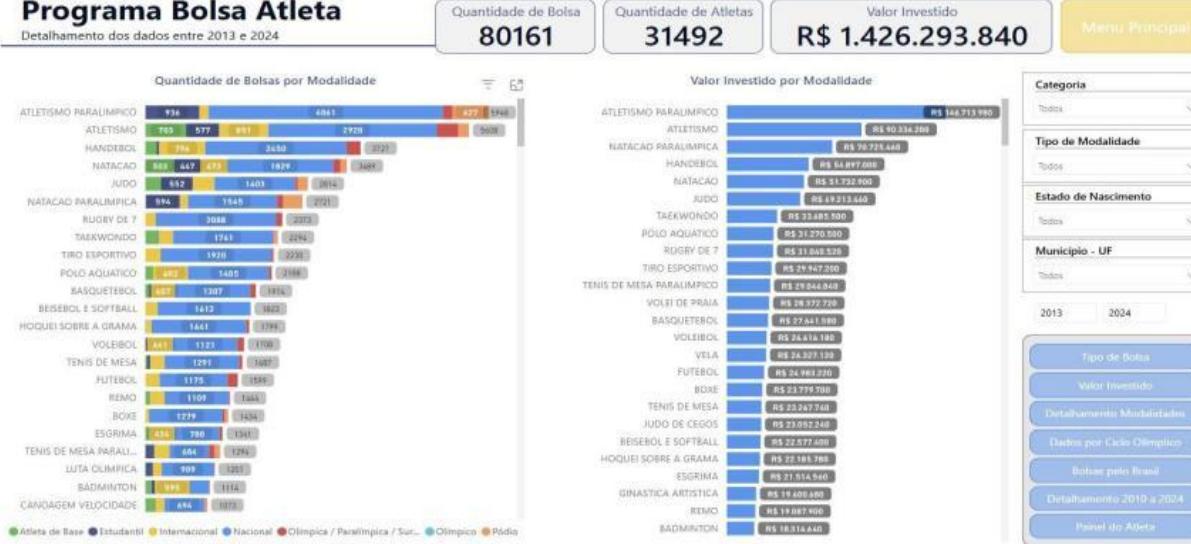
internacionais e de pódio. Ao analisar a distribuição anual por tipo de bolsa, a categoria Nacional (barra azul) mantém sua dominância em todos os anos. A categoria Internacional (barra amarela) demonstra um crescimento consistente desde 2009. As bolsas Olímpica/Paralímpica/Surdolímpica (barra vermelha) tornam-se mais expressivas após 2012.

A categoria Atleta de Base (barra verde) apresenta um crescimento relevante após 2016, reforçando a atenção à formação de novos talentos. As bolsas Pódio (cinza) surgem de forma mais presente a partir de 2013, com um crescimento progressivo. Estrategicamente, o Programa Bolsa Atleta se estabelece como a principal política pública de apoio direto a atletas no Brasil, com uma preocupação em preparar atletas tanto para competições nacionais quanto internacionais, evidenciada pelo foco nas bolsas Nacional e Internacional. Contudo, a categoria Pódio necessita de maior fortalecimento para assegurar a competitividade internacional do país. A diversificação dos tipos de bolsa observada a partir de 2020 é um indicativo positivo para a evolução esportiva desde a base até o alto rendimento.

Em reflexão final, o desenho atual do Programa Bolsa Atleta demonstra uma estratégia coerente ao ampliar a base de formação, dar suporte a atletas em transição para o cenário internacional e manter a elite esportiva através da Bolsa Pódio. No entanto, para otimizar sua eficácia, torna-se crucial garantir a continuidade do programa em anos não olímpicos e implementar políticas de proteção contra as oscilações políticas e econômicas que podem impactar a quantidade de bolsas ofertadas.

Programa Bolsa Atleta
Detalhamento dos dados entre 2013 e 2024

Figura 10 - Programa Bolsa Atleta – Detalhamento de Modalidades (2013 a 2024)



Fonte: Gestão do Esportes nos Estados e Municípios, do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

O gráfico à esquerda detalha a quantidade de bolsas concedidas por modalidade, com destaque para o Atletismo Paralímpico (4.061 bolsas), seguido por Handebol (3.727), Atletismo (2.920),

Natação (2.829) e Judô (2.814). Modalidades como Natação Paralímpica, Rugby de 7, Taekwondo e Tiro Esportivo também apresentam números significativos. Essa distribuição demonstra um forte incentivo tanto para o atletismo convencional quanto para o paralímpico, além de priorizar esportes tradicionais e coletivos como handebol e natação.

O gráfico à direita apresenta o valor investido por modalidade, com os maiores volumes direcionados para o Atletismo Paralímpico (R\$ 146.713.980), Atletismo (R\$ 90.336.200), Natação Paralímpica (R\$ 70.725.460), Handebol (R\$ 58.497.000) e Natação (R\$ 51.732.900). Modalidades individuais de alto rendimento como judô e taekwondo também receberam investimentos consideráveis. Essa alocação financeira reflete a distribuição de bolsas, indicando uma proporcionalidade entre a quantidade de atletas apoiados e os recursos investidos. O investimento elevado no handebol, um esporte coletivo, justifica-se pelo maior número de atletas por equipe.

Outros pontos relevantes incluem a forte presença das modalidades paralímpicas (Atletismo e Natação Paralímpica) tanto em número de bolsas quanto em investimento, sublinhando o compromisso do programa com a inclusão esportiva. Por outro lado, modalidades com menor tradição no país, como remo, badminton e canoagem de velocidade, receberam menos apoio, o que pode indicar áreas com potencial para crescimento futuro.

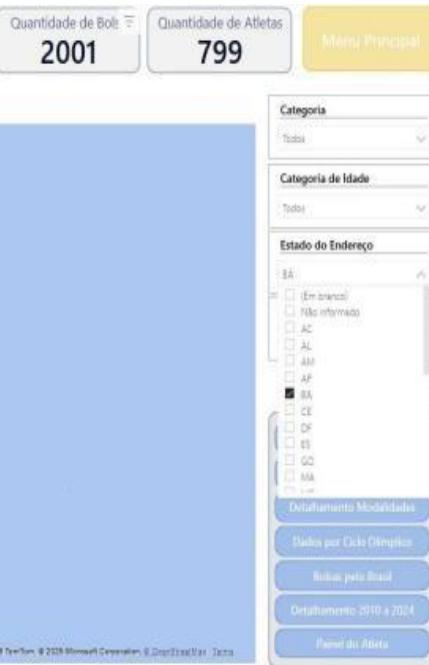
Estrategicamente, o foco em esportes paralímpicos é um diferencial positivo, promovendo a inclusão e a competitividade internacional nos Jogos Paralímpicos. O investimento em modalidades tradicionais como atletismo, natação e judô fortalece as chances de medalhas em competições internacionais. Contudo, há espaço para ampliar o investimento em esportes de base e em modalidades emergentes, visando diversificar o cenário esportivo nacional. No universo de 94.681 bolsas distribuídas em todo o Brasil, beneficiando 34.936 atletas, a Bahia recebeu uma parcela de 2.001 bolsas, alcançando um total de 799 atletas no estado, como consta na imagem abaixo.

Programa Bolsa Atleta

Distribuição de Bolsas pelo Brasil

Obs: Considerando amostra entre os anos de 2010 e 2024

Figura 11 - Programa Bolsa Atleta



Fonte: Gestão do Esportes nos Estados e Municípios, do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (GEEM/IPIE)

Esta análise abrangente do financiamento e gestão esportiva na Bahia revela um cenário complexo e multifacetado. Embora o estado possua um vasto potencial demográfico e territorial, o investimento público direto em esporte, tanto a nível municipal quanto estadual, demonstra-se relativamente baixo, sinalizando uma área com necessidade de maior priorização orçamentária. A captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, apesar de apresentar um crescimento notável, especialmente em 2023, ainda se encontra aquém do potencial do estado. Por outro lado, iniciativas como o Programa Bolsa Atleta, embora com uma representatividade modesta na Bahia em relação ao cenário nacional, demonstram ser um importante mecanismo de apoio direto aos atletas, com uma evolução histórica que reflete a influência de ciclos olímpicos e eventos macroeconômicos. A predominância de bolsas na categoria Nacional sugere um foco na formação de base, enquanto a categoria Pódio, embora com menor volume, é crucial para sustentar a elite esportiva.

A distribuição de recursos da Lei de Incentivo ao Esporte na Bahia aponta para uma concentração em projetos com foco em participação e educação, com um papel relevante de grandes empresas como principais doadoras. O investimento via Loteria Federal, embora significativo em nível nacional, carece de dados específicos detalhados sobre sua destinação direta ao estado da Bahia.

O orçamento estadual dedicado ao Desporto e Lazer demonstra oscilações ao longo dos anos, com picos coincidentes com grandes eventos esportivos no Brasil, seguidos por declínios, indicando uma possível falta de continuidade no investimento. Já o orçamento municipal direciona a maior parte dos recursos para lazer e atividades comunitárias, com uma menor parcela destinada ao esporte de

rendimento. A análise da distribuição de recursos para clubes formadores em nível nacional revela uma concentração nas regiões Sudeste e Sul e em clubes de maior porte, levantando questões sobre a democratização do acesso aos recursos em regiões como o Nordeste, onde a Bahia se insere.

Diante desse panorama, conclui-se que o desenvolvimento esportivo na Bahia enfrenta desafios relacionados ao baixo investimento público e à necessidade de ampliar a captação de recursos via mecanismos de incentivo fiscal. No entanto, o estado demonstra um potencial significativo na formação de atletas e na adesão a programas como o Bolsa Atleta.

Para um avanço mais consistente e equitativo, torna-se crucial implementar estratégias que visem aumentar o investimento público de forma sustentável, fortalecer capacidade de captação de recursos, otimizar a gestão esportiva nos municípios e garantir um apoio mais abrangente e contínuo aos atletas em todas as suas etapas de desenvolvimento, desde a base até o alto rendimento, alinhando-se às diretrizes do Sistema Nacional do Esporte e aproveitando as ferramentas de gestão como o GEEM.

5 CONCLUSÃO

Este estudo conclui que, apesar do notável crescimento dos recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) e de iniciativas como o Programa Bolsa Atleta, a Bahia ainda está distante de um modelo sustentável de inteligência esportiva. Os resultados demonstram claramente a ausência de patentes brasileiras ligadas ao esporte, o que evidencia uma significativa lacuna na inovação tecnológica do setor e a falta de políticas públicas estaduais direcionadas à criação, proteção e aplicação de soluções inovadoras que poderiam fortalecer a cadeia esportiva.

Do ponto de vista do financiamento, observa-se que, embora existam recursos consideráveis, sua aplicação está majoritariamente voltada para eventos e atividades recreativas, com pouca atenção e investimento em áreas cruciais como formação de atletas, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e capacitação em gestão esportiva. Essa abordagem compromete a sustentabilidade do setor e impede o desenvolvimento de um ecossistema de inovação esportiva que valorize o conhecimento como ativo estratégico. Confirma-se, assim, a desconexão entre o potencial econômico da propriedade intelectual (PI) no esporte e as práticas de gestão na Bahia, que ainda não demonstram uma cultura sólida de proteção e exploração de ativos intangíveis.

Em suma, o presente trabalho reafirma a necessidade premente de um planejamento integrado que veja a tecnologia e a gestão da inovação como pilares centrais para a transformação do esporte baiano. A superação dos desafios identificados exige a criação de políticas públicas mais assertivas, a promoção da propriedade intelectual em projetos financiados e a revisão das prioridades de

investimento público, direcionando recursos para ações estruturantes de P&D e formação. Consolidar um ecossistema de inovação esportiva na Bahia demanda visão estratégica, articulação interinstitucional e uma valorização efetiva do conhecimento como motor de desenvolvimento social, econômico e cultural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B.; DE ROSE, D. Fenômeno esporte: relações com a qualidade de vida. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: IPES, 2010. p. 141-147.
- BAZZO, W. A. Ciência, tecnologia e sociedade e o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: UFSC, 2011.
- BIANCHI, P.; HATJE, M. Mídia e esporte: os valores-notícia e suas repercussões na sociedade contemporânea. Motrivivência, Florianópolis, n. 27, p. 165-178, 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Institui incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2006.
- BRASIL. Ministério do Esporte. Sistema Nacional do Esporte. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Tesouro Transparente. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>. Acesso em: mai. 2025.
- BRASIL. SIGA Brasil – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde e Educação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: mai. 2025.
- CBB – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL. CBB conta com software que observa desempenho dos atletas em Londres. 2012. Disponível em: <http://www.cbb.com.br/PortalCBB/Noticias>Show/10131>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- CBDE. Confederação Brasileira do Desporto Escolar. Página Oficial. Disponível em: <https://www.cbde.org.br/>. Acesso em: mai. 2025.
- COB. Comitê Olímpico do Brasil. Página Oficial. Disponível em: <https://www.cob.org.br/>. Acesso em: mai. 2025.
- COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES (CBC). Editais de apoio a clubes formadores. Disponível em: <https://cbclubes.org.br/>. Acesso em: mai. 2025.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MEZZADRI, F. M.; SANTOS-LISE, N.; MAOSKI, A. P. C. B.; CASTRO, S. B. E.; STAREPRAVO, F. A.; SANTOS, T. O. Gestão do esporte em estados e municípios (GEEM): apresentação de uma ferramenta de pesquisa para inteligência esportiva no Brasil. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 9, n. 10, p. e3769108716, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8716. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/8716>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- SÁENZ, T.; GARCIA, E. C. Ciência, inovação e gestão tecnológica. Brasília, DF: Senai Abipti, 2002.
- SANTOS, B. F. O esporte mediado pelas tecnologias digitais: um novo ponto de vista a ser questionado com reflexões e perspectivas. Revista Brasileira do Esporte Coletivo, v. 3, n. 2, 2019.

TOLEDO, H. C. et al. Esporte 4.0: uma realidade na S&ad era exponencial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DO ESPORTE – ABRAGESP, 2019, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza, CE, 2019.

VAZ, A. Doping, esporte, performance: notas sobre os “limites” do corpo. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 27, n. 1, p. 23-36, 2009.